

# Diferenciação, evolução e mudança social em Fernando de Azevedo

Maria José de Rezende – UEL

## RESUMO

Fernando de Azevedo produziu, ao longo de sua obra, uma teoria da mudança social de grande significado para a sociologia brasileira. Suas análises dialogavam com as problematizações sobre a diferenciação e a evolução social, as quais, a rigor, estiveram presentes no processo de formação da Sociologia como ciência nos estudos de Spencer, Mauss, Durkheim, Ward, entre outros. Este artigo visa compreender tanto o modo como estes autores foram incorporados às investigações do sociólogo brasileiro, em questão, quanto as suas indagações, com base em um constante diálogo com diversos pensadores sociais (nacionais ou não), sobre as possibilidades e dificuldades de efetivação, no país, de processos contínuos de mudança social.

Palavras-chave: Mudança social. Fernando de Azevedo. Sociedade brasileira.

## ABSTRACT

Fernando de Azevedo created, throughout his entire work, a theory of social change which is considered of great value to the Brazilian Sociology. His analyses shared the same issues related to the differentiation and social evolution and took part in the process of establishing Sociology as a science in the studies by Spencer, Mauss, Durkheim, Ward, among others. The purpose of this article is not only to understand the way these authors were incorporated to the investigations of this Brazilian sociologist but also his questionings, based on a constant dialogue with several social thinkers (national or not national), about the possibilities and difficulties in accom-

plishing the continuous processes of social change in the country.

Key words: Social change. Fernando de Azevedo. Brazilian society.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é demonstrar que Fernando de Azevedo (1894-1974) construiu, ao longo de sua obra, uma concepção de mudança social expressivamente relevante para a sociologia brasileira. Essa empreitada exige tanto um mapeamento das diversas perspectivas teóricas evolucionistas que ampararam a sua análise, já que é através delas que ele construiu um amplo debate acerca da sociedade brasileira, quanto uma busca das singularidades teóricas contidas em suas obras. Tais particularidades eram oriundas de uma forma própria de incorporar as noções de evolução e de diferenciação para interpretar a dinamicidade do país. Mesmo tendo se aproximado intensamente das perspectivas evolucionistas, ele não encerrou nelas as suas análises, tanto que, no artigo *A evolução das elites políticas no Brasil contemporâneo e, principalmente, em São Paulo*, publicado em 1962, na obra intitulada *A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios*, ele lança mão também da perspectiva cíclica de Vilfredo Pareto (1848-1923) para demonstrar que no campo político, especialmente, não havia ocorrido, entre as décadas de 1930 e 1960, progressividade quanto ao modo de condução do processo político brasileiro, por parte das elites.

Assinale-se, todavia, que esta análise se iniciará buscando responder à seguinte questão: No que consistiria a sua originalidade quanto ao modo de incorporar os pressupostos evolucionistas? Esta indagação coloca-se em razão de que esses tiveram prevalência no interior de sua obra. Ainda que em menor grau, é detectável uma influência direta de Herbert Spencer (1820-1903) na primeira parte da obra *A cultura brasileira* (1996)<sup>1</sup>. Isso já não ocorre nas duas partes subseqüentes em que a concepção de evolução já aparece intermediada por outras vertentes evolucionistas, tais como a de Émile Durkheim (1858-1917) e a de Lester Ward (1841-1913), por exemplo.

Cândido (1994, p. 12-13) afirma que o livro *A cultura brasileira*,

à primeira vista, parece prolongar uma tradição brasileira vinda de Sílvio Romero (1851-1914) e praticada com grande coerência por Euclides da Cunha (1866-1909), tradição de base naturalista, pressupondo uma seqüência causal mais ou menos rígida formada pelo meio físico, a raça, a sociedade, a cultura, – vistos como fatores que vão determinando os seguintes e acabam todos definindo tanto a marcha da história quanto a fisionomia da nação. No entanto, há no livro de Fernando de Azevedo dois traços principais que modificam de maneira profunda este esquema explicativo. Em primeiro

lugar, a primazia da cultura [...]. Em segundo lugar, a importância dada à sua transmissão.

A influência da tradição naturalista é visível na primeira e na segunda parte da obra *A cultura brasileira*, as quais já continha um amplo esforço de Fernando de Azevedo por superar esse modelo de análise que floresceu no país a partir do último quartel do século XIX. Tanto que, ao discutir, na primeira parte da última obra mencionada, “os fatores da cultura”, já ficava evidenciado o esboço de um caminho que tentava desvencilhar-se paulatinamente daquele seqüenciamento rígido entre paisagem física, paisagem social e cultura. Os capítulos intitulados *As formações urbanas*, *Evolução social e política* e, principalmente, *Psicologia do povo brasileiro*, último capítulo – este da primeira parte – já deixavam evidenciado que ele estava buscando as causas e os fundamentos dos fenômenos sociais no domínio da vida social e não na paisagem física. Desde as primeiras páginas do texto *A cultura brasileira*, ele empreendia uma luta obstinada com os escritos de Durkheim para formular um percurso que lhe permitisse desvencilhar-se das explicações fundadas na raça e no meio físico.

O capítulo intitulado *Psicologia do povo brasileiro* pode ser tomado como o momento que melhor retrata esse empenho em analisar o caráter coletivo do povo brasileiro, não a partir da paisagem física, mas fundamentalmente através da paisagem social. Ele lança mão da idéia de não-preponderância dos fatores étnicos e geográficos como forma de combater a tradição naturalista que tendia a formular uma concepção de que não havia dinamicidade na sociedade brasileira em razão da imutabilidade dos caracteres físicos prevaletentes na constituição do homem brasileiro. Ou seja, Azevedo estava colocando em questão a necessidade de formular uma interpretação do país que refutasse as teses de uma condenação natural ao não-progresso, à não-evolução.

Evidentemente, que Antônio Cândido tem razão em destacar que, à primeira vista, o livro *A cultura brasileira* parece, em sua primeira parte, ter dificuldade em romper com a tradição naturalista. Tanto que o modo de Fernando de Azevedo buscar

1 Spencer afirmava: “[...] na história da sociedade, a lei geral da evolução encontra implementação específica. O mecanismo da evolução social baseia-se em três regularidades. Existe, em primeiro lugar, a inerente instabilidade das populações uniformes e homogêneas. Os seres humanos são fundamentalmente desiguais em relação ao legado hereditário, às experiências individuais, às condições ambientais em que vivem às oportunidades e privações contingentes com que se defrontam. Não conseguem, por conseguinte, permanecer como massa homogênea sem que surja a diferenciação de papéis, funções, poder, prestígio e propriedade. Segundo, existe a tendência de ampliação das desigualdades, especializações funcionais e disparidades de poder e riqueza. Na verdade, as diferenciações iniciais são gradual e cumulativamente ampliadas. Terceiro, uma vez que pessoas situadas em posições similares (atividades, funções, prestígio, riqueza) tendem a se manter unidas, a sociedade se divide em facções, classes e grupos segundo diferenças de classe, nacionais e ocupacionais. Uma vez erguidas barreiras para proteger essas identidades, a segregação no interior de uma dada população é reforçada, tornando impossível o retorno à homogeneidade” (SZTOMPKA, 1998, p. 184).

os traços persistentes e imutáveis do caráter coletivo brasileiro se assentava nessa dificuldade de rompimento, desde o início da obra, com explicações que se ajustavam com a paisagem física. Todavia, o que se verifica é que, de modo original, Fernando de Azevedo foi-se desvencilhando das explicações naturalistas e produzindo interpretações que situavam mais e mais os fenômenos sociais num domínio próprio, ou seja, no domínio da realidade particularmente social, como sugeria Durkheim. A terceira parte da obra é indicadora desse movimento.

As reflexões de Fernando de Azevedo estão fundadas na pressuposição de que a diferenciação social é impulsionadora da evolução e do progresso. As obras *A cultura brasileira* (1976), *Canaviais e engenheiros na vida política do Brasil* (1958a), *Princípios de sociologia* (1956), *A educação e seus problemas* (1958b), *Novos caminhos e novos fins* (1958c), *Sociologia educacional* (1958d), *Um trem corre para oeste* (1958e) entre outras, reportam-se aos ensinamentos do evolucionismo sociológico spenceriano, no que tange a um ponto de partida, que, a rigor, influenciou grande parte dos pensadores sociais brasileiros, e que pode ser sintetizado da seguinte forma: toda realidade (orgânica ou supra-orgânica) tem como princípio a diferenciação e a evolução.

Por intermédio de Herbert Spencer (1820-1903), o princípio da diferenciação constituiu-se pilar explicativo da vida social. Evidentemente que a noção de diferenciação naturalista deste último (SZTOMPKA, 1998, p. 183) adentrou as reflexões de Fernando de Azevedo, de modo singular. Encontra-se em suas análises uma influência mais acentuada dos pressupostos evolucionistas de Émile Durkheim (1858-1917) – “que recusava a tese do esquema unilinear de evolução que seria comum a todas as sociedades” (CUCHE, 1999, p.53) – do que diretamente do sociólogo britânico que havia influenciado grandemente os primeiros pensadores sociais brasileiros, como Euclides da Cunha (1866-1909) e Sílvio Romero (1851-1914), por exemplo.

A riqueza da obra do sociólogo brasileiro está exatamente no fato de que ele apontava inúmeras

dúvidas quanto aos vários modos das diversas perspectivas sociológicas tratarem a questão da mudança social. Em *Princípios de sociologia*, ele argumentava que

nenhuma das hipóteses formuladas para explicar a marcha da evolução social (unilinear, multilinear, diretiva, não-diretiva, cíclica idêntica e não-idêntica)<sup>2</sup> e as causas que a determinam parece encerrar mais do que uma parte de verdade, mostrando-se insuficiente como explicação geral [...]. A complexidade e a mútua dependência dos fatos sociais tornam de certo extremamente difícil, se não impossível, no estado atual da ciência, estabelecer uma lei ou leis gerais à evolução das sociedades humanas (AZEVEDO, 1956, p. 70-71).

#### DIFERENCIAÇÃO SOCIAL E MUDANÇA NA OBRA “A CULTURA BRASILEIRA”

A problemática da diferenciação e da evolução social recorta toda a obra *A cultura brasileira*. Já no primeiro capítulo, ao descrever o meio físico, as raças e a miscigenação para caracterizar a paisagem física e social brasileira, Fernando de Azevedo partia de duas questões que estão no âmago da teoria da diferenciação social: a heterogeneidade dos seres (aquela que está ligada às condições inatas e/ou na-

2 A perspectiva unilinear supõe que há uma via única pela qual a humanidade tem seguido no decorrer da história. Todas as sociedades teriam, então, seguido os mesmos percursos. Os pontos de saída e de chegada seriam idênticos para todos os grupos humanos (COMTE, SPENCER, WARD). A progressão da vida social tanto no sentido econômico, quanto no político e no social era, então, inevitável. A vertente multilinear questiona essa generalização e advoga que a mudança não pode ser pensada sem que haja a precisão das especificidades sociais. O dado distintivo mais relevante entre essas duas formas de análise é que essa última recusa uma automaticidade entre evolução e progresso. Ou seja, os efeitos daquela primeira podem ser positivos ou negativos se forem pensadas as diversas esferas da vida social (PARSONS, SMELSER, EISENSTADT). As abordagens não-diretivas e/ou cíclicas partem do pressuposto de que as recorrências, as constâncias, as repetições, os avanços e os recuos seriam indicadores de que a história não se processa de modo linear, multilinear ou diretivo, mas sim sob a forma de ciclos que se repetem de forma idêntica ou não idêntica (PARETO, SOROKIN). Nesse caso, não haveria diretividades sejam elas fundadas em progressividades (COMTE, SPENCER) ou em rupturas (MARX).

turais) e a heterogeneidade social (aquela que é produzida socialmente).

As diferenças entre os grupos sociais – advindas do meio físico e do meio social – foram exaustivamente trabalhadas por ele para caracterizar a civilização brasileira por causa da sua conexão com aquelas civilizações que deixaram aqui suas marcas, em razão do processo de colonização estabelecido no país. Seguindo os ensinamentos de Marcel Mauss (1872-1950) e de Durkheim – que advogavam “que, se há fenômenos sociais estritamente ligados a um organismo social e político determinado, a um povo ou a uma nação, há outros que transcendem um território nacional e se desenvolvem por períodos de tempo que ultrapassam a história de uma sociedade” (AZEVEDO, 1996, p. 38).

Azevedo (1996, p. 38) argumentava que pretendia “analisar os caracteres particulares que essa civilização (ibérica) tomou no interior do país, sob a pressão de fatores e de acordo com as condições diversas de nossa evolução histórica e social”.

Os diferentes quadros geográficos e os variados grupos humanos, formadores do território nacional, apontavam para a necessidade de desenvolvimento de um projeto civilizacional que renovasse continuamente os principais traços culturais oriundos do encontro entre as culturas nativas latino-americanas e ibéricas. Orientando-se por Durkheim e por Mauss, Fernando de Azevedo recusava a tese de inferioridade cultural dos povos da América Latina. A constituição de um eixo civilizacional no continente era possível porque havia uma pluralidade de civilizações que se cruzaram e resultaram num padrão de organização social e de cultura singular, mas não inferior. A análise posta nestes termos reafirmava os ensinamentos dos dois pensadores franceses, aqui mencionados, que se

esforçavam para propor uma concepção objetiva e não normativa da civilização que incluía a idéia da pluralidade das civilizações sem enfraquecer, com isso, a unidade do homem. Para ele(s), não havia dúvida de que a humanidade é uma, que todas as civilizações particulares contribuem para a civilização humana. Ele(s) não concebia(m) diferenças de natu-

reza entre primitivos e civilizados (CUCHE, 1999, p. 52; DURKHEIM; MAUSS, 1913, p. 60-61).

A formação da organização social brasileira era pensada por Fernando de Azevedo a começar do encontro entre elementos civilizacionais distintos, oriundos do português, do índio e do negro. Valendo-se das teses de Freyre, que em *Casa grande & senzala* (1994) demonstrava o caráter positivo da miscigenação estabelecida no país, ele insistia que a formação nacional tinha em seu benefício este caráter altamente assimilável dos três núcleos de cultura que fundaram social e culturalmente o Brasil. O fato de o núcleo primitivo ter permanecido sempre superior numericamente aos grupos estrangeiros teria sido definidor da criação de um mestiço, que ele, nos moldes de Euclides da Cunha, definia como titânico (CUNHA, 1995; 1966) e capaz de refundar continuamente uma civilização ímpar nos trópicos.

As diferenças raciais e culturais não poderiam ser responsabilizadas pelas dificuldades de evolução social presentes no país desde os primórdios da colonização. “A mistura ou caldeamento de raças heterogêneas, não antagônicas, é um fato normal, não só útil, mas indispensável à evolução étnica do povo brasileiro” (AZEVEDO, 1996, p. 69). A idéia de normalidade era também extraída de Durkheim para quem esta última tem a ver com a singularidade de cada sociedade, em vista de tempos sociais específicos.

Na obra *A cultura brasileira*, Fernando de Azevedo procurava, na tese básica do evolucionismo, os fatores de diferenciação (a qual deve ser entendida como o processo de constituição de heterogeneidades múltiplas nos diversos âmbitos da vida social, como: organização econômica e política, formas de trabalho, atividades intelectuais, artísticas, educacionais, divisão do trabalho, especialização profissional, urbanização, industrialização, novos modos de vida, novas formas de apropriação e de distribuição são fatores de diferenciação) que indicassem que a sociedade brasileira não era, desde a sua formação, estática.

Mediante essa tese, ele parte do pressuposto de que a formação social brasileira, de fato, teve início com a fundação do primeiro engenho de açúcar entre 1532 e 1533. Ao começar o primeiro ciclo econômico, dava-se a arrancada para processos específicos de diferenciação social. Ou seja, a convivência da monocultura com a escravidão fazia fluir tanto um corpo de costumes, de hábitos e de crenças, quanto formas de trabalho, de produção, de riqueza, de miserabilidade e de (des)prestígios (condições de status) que iam paulatinamente definindo os padrões de domínio e de organização social no Brasil. A heterogeneidade, que se instalava em decorrência desse processo, produzia diferenças que se potencializavam permanentemente no decorrer dos séculos.

Isso se fez sentir em todos os ciclos econômicos. Vide, por exemplo, o ciclo do ouro que contribuiu com o processo de diferenciação e de evolução social, à medida que levou à fixação e à interiorização de populações nos sertões, à formação de vilas e cidades, a movimentos políticos de emancipação da Colônia, ao desenvolvimento cultural e intelectual no campo das letras e das artes (AZEVEDO, 1996, p. 89-91). A simultaneidade de ciclos econômicos distintos (cana-de-açúcar, couro e ouro) potencializava um processo de diferenciação irregular, desordenado e descontínuo.

A substituição integral da paisagem florestal por uma paisagem humanizada devia começar com o novo ciclo econômico, o da lavoura cafeeira, sobre que assentou toda a estrutura econômica do império e, em grande parte, a da república, e graças à qual a cidade de São Paulo, 'de pequeno burgo que era no fim do império, passou a ser um dos mais importantes centros urbanos do mundo' (AZEVEDO, 1996, p. 94-95).

Fernando de Azevedo enfatiza que o processo de diferenciação social e, portanto, de evolução social deu um grande salto a partir do ciclo do café, o qual possibilitou tanto a emergência de uma crescente urbanização e dos primeiros passos rumo ao desenvolvimento técnico, quanto alavancou o sistema viário e de transportes. "À organização latifundiária e

escravocrata [...] sucedeu um sistema capitalista de exploração agrícola, fundada sobre o trabalho livre e duplamente desenvolvida pela aplicação, à cultura do café, de processos técnicos e pelo enriquecimento do sistema de viação e de transportes" (AZEVEDO, 1996, p. 96-97).

Ele atribuía, então, a esse ciclo econômico iniciado na terceira década do século XIX, o surgimento das condições para a superação do trabalho escravo e para implementação do trabalho livre, tido esse último, nos moldes do evolucionismo durkheimiano, como o fundamento essencial do processo de diferenciação social, uma vez que garantiu a sucessiva divisão do trabalho através da diversificação de funções, de tarefas e de deveres ocupacionais.

No campo da orientação teórica, se for tomada a obra de Fernando de Azevedo como um todo, é detectável uma influência menor de Spencer e maior de Durkheim na questão referente ao princípio da diferenciação social. Mas ambos estão presentes, embora tenha prevalecido aquele segundo, que, principalmente, na obra *A divisão do trabalho social*, persistia no caminho aberto pelo sociólogo britânico no que diz respeito à compreensão do processo social como linear e diretivo, mas o fazia de modo específico ao insistir que somente no domínio social era possível apreender

as causas dos fenômenos sociais. Essa orientação se reflete claramente em sua visão da evolução social [...]. Tal tendência está relacionada a fatores demográficos crescentes e produz 'densidade moral' crescente, ou seja, intensidade das interações e complexidade dos relacionamentos sociais acrescidos, em suma, elevação da qualidade dos vínculos sociais. Seguindo a estratégia spenceriana, Durkheim propõe uma tipologia dicotômica das sociedades, com base na diferenciação qualitativa dos vínculos sociais: a 'solidariedade mecânica' radica na similaridade de funções e tarefas indiferenciadas; a 'solidariedade orgânica' na complementaridade, cooperação e caráter mutuamente indispensável de funções e ocupações altamente diversificadas (SZTOMPKA, 1998, p.187; DURKHEIM, 1984).

Ao situar o princípio da diferenciação, na qualidade dos vínculos sociais, Durkheim dava os

primeiros passos no sentido de opor-se à vertente spenceriana que se fundava no pressuposto de que “a vida social era resultante de naturezas individuais solitárias” (DURKHEIM, 1984, p. 84). Ao edificar suas análises dos fatos sociais no âmbito supra-individual, Durkheim distanciava-se, indubitavelmente, de Spencer, mas isso não apagava a dívida que ele possuía com este último, pois “a teoria durkheimiana da divisão do trabalho é muito menos incompatível com a teoria spenceriana da diferenciação do que Durkheim pretende” (BOUDON; BOURRI-CAUD, 1993, p. 180).

A teoria de Spencer que, a rigor, influenciou Durkheim e Fernando de Azevedo, entre inúmeros outros pensadores sociais do século XX, funda-se no pressuposto de que a evolução das sociedades dá-se em vista de um amplo processo de diferenciação que se estabelece continuamente entre indivíduos e instituições sociais. A contínua mudança da homogeneidade para a heterogeneidade era, segundo o sociólogo britânico, o fator potencializador, por excelência, deste movimento contínuo de produção de um vir-a-ser fundado na evolução e no progresso.

As oscilações no interior da obra de Spencer, acerca da (não-) concomitância entre evolução e progresso, não alteram a sua convicção de que todas as sociedades tendiam a diferenciações produzidas pelas ações dos indivíduos como membros de um dado organismo social. Os estágios distintos nos quais as sociedades se encontravam, somente poderiam ser avaliados em razão do grau maior ou menor de diferenciação de suas instituições sociais (família e escola menos ou mais repressoras) e políticas (Estado menos ou mais protetor e previdenciário), de seus processos de trabalho e de desenvolvimento industrial (fundado na coerção e/ou na cooperação) e de seus avanços rumo ao desenvolvimento científico.

A evolução social somente seria possível graças a um processo de diferenciação que levasse, segundo Spencer, a instituições sociais não-coercitivas, a uma divisão do trabalho fundada na cooperação, a uma industrialização impulsionadora de uma sociedade não-militarizada e a um desenvolvimento da ciência

capaz de estimular o progresso em todas as áreas da vida social.

A suposição de Fernando de Azevedo, de que a partir do ciclo do café estabeleceu-se uma paisagem humanizada, estava centrada na tese de que o estabelecimento do trabalho livre alavancou uma sociedade que tendia a uma divisão do trabalho capaz de gerar continuamente a cooperação. Durkheim extraía de Spencer – para quem “uma sociedade, na acepção sociológica, só é formada quando, além de justaposição, existe cooperação” (LEVINE, 1997, p. 165; SPENCER, 1972) – esse pressuposto de que o desenvolvimento industrial geraria uma sociedade de que, ao contrário do que Comte supunha, estaria pautada cada vez menos na coerção (LEVINE, 1997, p. 161). A evolução social dar-se-ia, principalmente, por causa deste processo de especialização gerador de múltiplas diferenças produtoras de cooperação.

As classes que essa sociedade sobrepõe, no seu processo de estratificação, tendem a diferenciar-se nitidamente pelas suas ocupações e pelo nível e estilo de vida, que variam da aristocracia rural das casas-grandes e das fazendas para a burguesia das cidades, constituídas de comerciantes, banqueiros e exportadores, como dessas duas sociedades, rurais e urbanas, para a massa complexa e tumultuária dos trabalhadores livres, vaqueiros, campeadores do sertão, faiscadores e garimpeiros (MG e MT), pescadores e seringueiros (AM), peões e carreteiros dos pampas (AZEVEDO, 1996, p. 97).

O raciocínio sociológico de Fernando de Azevedo seguia, assim, Tateando em busca dos elementos indicadores da constituição de processos de diferenciação social. Tendo como ponto de partida a organização social brasileira, ele dava centralidade ora às modificações no âmbito do trabalho no século XIX, ora ao processo de urbanização, ora ao processo de industrialização como fatores de mudança social. Tanto em *A cultura brasileira*, quanto em *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*, ficava evidenciado, no entanto, que esses fatores de diferenciação no âmbito social e econômico não atingiam o âmbito político, ou seja, não geravam mudanças expressivas neste último, já que o ciclo do café se processou,

também, “sob um regime essencialmente patriarcal de exploração da terra” (AZEVEDO, 1996, p. 97).

Assinale-se, contudo, que, durante o ciclo do café (1820-1930), os fatores de diferenciação social (desenvolvimento do transporte, da comunicação, da urbanização, da indústria, dos portos, das estradas de ferro, etc.) teriam levado, segundo Fernando de Azevedo, à evolução nacional. Isto ocorreu em razão de uma redefinição sucessiva dos modos de interação social que, a partir das redes hidrográficas, das redes de trilhos e das redes rodoviárias – as quais ele pensava nos moldes de Spencer como um sistema venoso por onde circulava o sangue econômico da nação (GOLDTHORPE, 1971, p. 85) – integrou a população brasileira de diversas regiões por meio de inúmeras modalidades de contato. Isto possibilitou, até mesmo, uma extensa mobilidade migratória para lugares pouco explorados.

As migrações internas e externas foram também, segundo ele, fatores essenciais de diferenciação e de mudança social. Elas potencializaram o desenvolvimento econômico baseado na ampliação das lavouras cafeeiras num primeiro momento e, num segundo, constituíram-se elementos-chaves da “evolução industrial que se acelerou a partir de 1905” (AZEVEDO, 1996, p. 103), pela amenização das dificuldades com combustível, energia, mão-de-obra etc.

A formação de uma civilização industrial no país, ao longo do século XX, era para Fernando de Azevedo o fator essencialmente definidor dos processos de diferenciação social geradores de mudanças múltiplas que atingiam não somente a vida econômica, mas também a social e a cultural. Abriam-se, dessa forma, as possibilidades para a criação e a sedimentação de uma mentalidade urbano-industrial que atingiu os diversos segmentos sociais. Tal processo tanto valorizou a educação, as letras e as artes, quanto exaltou a consciência nacional.

A emergência de uma sociedade urbano-industrial no país foi tortuosa por causa de uma formação agrícola que teria prevalecido no modo de ser, de pensar e de viver dos brasileiros. Fernando de Aze-

vedo utilizava as obras de Oliveira Vianna (1883-1951) para demonstrar que durante séculos ocorreu a sedimentação de uma vivência marcada pelo mundo rural (VIANNA, 1982a; 1982b). No entanto, era necessário, em seu entendimento, estudar as formações urbanas no Brasil, desde os seus primórdios, para compreender a evolução da sociedade brasileira nos seus aspectos materiais e culturais (AZEVEDO, 1996, p. 125).

Partindo de Max Weber (1864-1920) e de Durkheim, ele tomava as cidades como centros de diferenciação e de mudança social. Daquele primeiro, ele extraía os elementos indicadores de que as aglomerações urbanas – caracterizadas enquanto tal, no Brasil, somente após o século XVIII – representavam os pontos altos de desenvolvimento de todas as civilizações, porque elas foram capazes de “intensificar as energias coletivas, de levar ao mais alto ponto de desenvolvimento possível as capacidades latentes e dispersas na população” (WEBER, 1999, p. 499). Todavia, Fernando de Azevedo recorria também a Durkheim para demonstrar que as cidades tinham que ser estudadas como fator de progresso e de evolução social.

Em *A cultura brasileira*, ele fez um estudo das formações urbanas brasileiras a começar dos escritos de Gilberto Freyre, que demonstravam que as primeiras cidades exacerbaram “um choque que os antagonismos políticos e confusamente os de raça ainda mais dramatizaram, entre os interesses rurais e burgueses” (FREYRE, 1961, p. 29). E por que eram essas aglomerações fatores de diferenciação e de mudança social, visto que, desde os seus primórdios, expressavam – em condições de miserabilidade, desorganização e turbulência – o emergir de uma produção material e de cultura que ia gerando funções (os comerciantes, os funcionários, os oficiais mecânicos etc.), ações políticas (vide o caso de Vila Rica) e atividades culturais (desenvolvimento das artes e das letras) que destoavam do mundo rural opulento e rico?

A diferenciação, porém, entre o grande domínio – unidade econômica rural – apto a se bastar, e

as cidades da costa que vão crescendo 'de simples pontos de armazenagem e embarque de produtos da terra em populações autônomas com os senhores dos sobrados falando grosso para as casas-grandes do interior' (FREYRE, 1961), foi se acentuando cada vez mais por um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, que contribuem para promover a emancipação e desenvolver a força das cidades (AZEVEDO, 1996, p. 130).

Fernando de Azevedo afirmava que a atividade econômica que favoreceu o desenvolvimento do fenômeno urbano no Brasil foi a mineração. O ciclo do ouro (1695-1800) teria favorecido a emergência de uma indústria específica: a mineradora. Esta, por sua vez, criou inúmeras funções nos setores de extração, fiscalização, comercialização, exportação etc. Vai-se formando, aos poucos, uma classe de ricos comerciantes que se diferenciavam tanto nas atividades, quanto nos hábitos de consumo do aristocrata rural.

Aos poucos, vão emergindo funções essencialmente urbanas com os funcionários públicos, os contadores, os advogados, os ourives, os comerciantes, entre outros. "Iniciava-se, no país, uma dissociação profunda e, com ela, uma diferenciação que diversos fatores sociais e econômicos tornaram cada vez maior, entre o litoral e os sertões" (AZEVEDO, 1996, p.137).

Teria sido, todavia, no início do século XIX, com a vinda da família real para o Brasil, que ocorreu um processo de desenvolvimento não somente de atividades urbanas, mas também de uma estrutura que as expandiram continuamente. Isso se efetivou através da abertura dos portos, da implantação da biblioteca pública, da fundação da escola de belas-artes e da criação da imprensa régia, do Banco do Brasil, de escolas, de hospitais, de tipografias e de jornais, destacava Fernando de Azevedo.

A essencialidade do processo de evolução social, que ocorreu por essas condições de urbanização, se traduzia na constante renovação dos valores, dos hábitos e dos costumes. Estes foram redefinindo aos poucos a paisagem social brasileira, de modo a tornar possível uma civilização urbano-industrial que

ganhou corpo, de fato, após a abolição da escravidão.

A vitalidade da obra *A cultura brasileira* estava, assim, no modo de Fernando de Azevedo refletir a mudança social como resultado não somente de modificações no campo da materialidade, mas também dos valores e da mentalidade. O processo de renovação da organização social brasileira fundava-se no desenvolvimento da indústria, da ciência, do conhecimento, da educação, do ideário de liberdade etc. Portanto, entender os elementos subjetivos era apontado, por ele, como tão importante quanto compreender os elementos objetivos que foram formadores do meio urbano.

Abria-se, assim, um caminho fundamentalmente importante para pensar a mudança social no país. No capítulo intitulado *Psicologia do povo brasileiro*, ele criticava Paulo Prado que procurava no português, no aborígine e no negro as raízes da tristeza e da frouxidão dos nascidos no Brasil (PRADO, 1972). O caráter coletivo vinha, então, da condição étnica para aquele último, explicação esta que Fernando de Azevedo recusava inteiramente ao remeter os elementos definidores, de um modo de ser, à condição social. E por que isso se tornou um dado fundamental de suas pressuposições sobre mudança? Se o caráter coletivo fora definido socialmente, ele era, então, mutável. Ou seja, os brasileiros não estavam condenados à incivilização, ao não-progresso. A evolução das instituições sociais e políticas básicas (educacional, econômica e governamental) levaria a uma contínua redefinição da alma nacional. O caráter coletivo poderia, em seu entendimento, ser continuamente mudado em razão das transformações educacionais e tecnológicas, da industrialização e da urbanização.

## EDUCAÇÃO, EVOLUÇÃO E MUDANÇA SOCIAL

A terceira parte da obra *A cultura brasileira*, intitulada *A transmissão da cultura*, fornece as melhores pistas para a compreensão da noção de diferenciação e evolução social em Fernando de Azevedo. Partindo do sentido da educação colonial, conforme ele no-



minou o primeiro capítulo da última parte do livro mencionado, ele tentava extrair os fatores de mudança presentes desde os primórdios da organização social brasileira. A educação jesuíta desenvolveu um sistema de ensino que se destacou dos demais tanto pela eficiência em “desintegrar os valores nativos” (FREYRE, 1994), quanto por conseguir fixar nas diversas gerações uma unidade de costumes, de fé e de comunicação (através da língua) que foi o primeiro passo rumo a uma unidade cultural. Isso, sem dúvida, eram os primeiros esboços do que viria a ser mais tarde a nação brasileira. “Os missionários, universalistas, realizavam evidentemente uma obra de assimilação e de uniformização que não foi sem consequência para a vida nacional” (AZEVEDO, 1996, p. 501).

Tendo, como ponto de partida, as reflexões de Freyre, Fernando de Azevedo argumentava que a unidade espiritual e a unidade civilizacional dos portugueses nos trópicos somente deram frutos em razão do combate espiritual travado pela companhia jesuítica. A ação empreendida por ela teria ajudado não apenas a criação de uma unidade civilizacional, mas também possibilitado um equilíbrio entre o poder patriarcal dos senhores de engenho e o poder do colonizador. E isso sucedeu porque a escola e o sistema de ensino acabavam por ter também autoridade sobre os filhos dos patriarcas. Isto causava rachaduras na força discricionária daqueles últimos.

Não se deve supor, porém, que os jesuítas agiam rompendo com o padrão de domínio discricionário dos senhores de engenho. Eles, de fato, o mantinham, buscando dividi-lo com a autoridade católica dogmática. A Companhia de Jesus beneficiava-se duplamente dessa divisão, já que era ela representante da Igreja e proprietária de vastas extensões de terras no país. Tais questões não poderiam ser aprofundadas no âmbito deste subitem que intenciona demonstrar de que modo os jesuítas teriam dado os primeiros impulsos rumo à constituição de elementos que se desdobrariam em processos de evolução social, segundo a percepção de Fernando de Azevedo. Isso, contudo, não queria dizer que eles

rompiam, em qualquer grau, com uma mentalidade conservadora e dogmática. Evolução significa, então, nada mais que criação de condições alavancadoras de um sistema colonial de ensino público que vigorou aqui de 1555 a 1759.

Era este um sistema de ensino dogmático, autoritário, abstrato, uniformizador, sem plasticidade e conservador? Sem qualquer sombra de dúvida. No entanto, Fernando de Azevedo insiste que ele cumpriu um papel de formador das elites – o que teve desdobramentos múltiplos para a formação nacional – e de semeador das primeiras investidas rumo a um ensino público que ia, na maioria das vezes, até o ensino médio. O fato de a Companhia de Jesus ter intensificado a preocupação com a formação intelectual e humanística podia ser considerado, segundo Fernando de Azevedo, tanto um fator de evolução social, uma vez que potencializou, nas camadas mais abastadas, a preocupação com a ilustração, com o conhecimento, quanto um fator de moldagem dos processos evolucionários futuros que estiveram sempre voltados para uma educação abstrata e desconexa das necessidades coletivas.

O entrave básico para a constituição de processos de mudanças educacionais, que potencializassem um sistema público de ensino voltado para os interesses nacionais, ganhou suas feições mais definidas quando ocorreu a expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal. Ou seja, não se assistiu, afirma Fernando de Azevedo, a uma reforma de ensino, mas sim ao destroçamento de toda educação existente. Isto teria representado uma involução. Nos moldes definidos por Spencer, esta última pode significar a dissolução das condições de transformação evolucionária rumo à expansão do conhecimento e da ciência de modo geral (SPENCER, 1961). Pombal teria promovido a extinção de uma forma de organização escolar ao invés de reformá-la. Depois de várias décadas (de 1759 a 1808), as instituições escolares começavam do nada novamente, constituindo um marco inicial da tortuosidade das reformas educacionais no país. Para livrar o ensino

público da influência jesuítica, Pombal o destruiu inteiramente.

A reforma pombalina planejada para o reino não só golpeou profundamente, na colônia, o ensino básico geral, pulverizando-o nas aulas de disciplinas isoladas (aulas régias), sem qualquer plano sistemático de estudos, como ainda cortou na sua evolução pedagógica normal, o desenvolvimento do ensino para os planos superiores (AZEVEDO, 1996, p. 529).

A partir de 1808, a paisagem escolar, que havia passado quase 50 anos em processo de reordenamento, mostrava-se fragilíssima e repetidora de um ensino abstrato, literário, retórico e conservador. Isto refletia diretamente no ensino público que ficou bloqueado e não evoluiu durante décadas, o que impediu, então, a constituição de mudanças sociais substantivamente voltadas para a criação de uma nação na qual prevalecessem investimentos fundados em interesses coletivos.

Certamente a ausência, na educação do país, de um pensamento coletivo ou de unidade de orientação não era mais do que uma das expressões do estado flutuante e molecular da sociedade, que resultou do caráter fragmentário de nossa formação social e das divergências fundamentais de interesses e de idéias, ligadas às diferenças de nível cultural e econômico das províncias, como das classes sociais. Foi este estado de inorganização social que dificultou a unificação política e impediu a consolidação educacional num sistema de ensino público, se não uniforme e centralizado, ao menos subordinado, a diretrizes comuns (AZEVEDO, 1996, p. 556).

A desorganização do ensino público e seu caráter abstrato, literário, autoritário e desarticulado constituíram-se um fator potencializador, durante o século XIX, da exclusão da grande maioria do sistema escolar. Portanto isto inviabilizava continuamente a constituição de processos evolutivos que, para Fernando de Azevedo, deveriam atingir a vida social como um todo e não somente aspectos dela. A evolução social dependia do rompimento com uma educação escolar que durante séculos reproduzia privilégios, distâncias sociais inmensuráveis, dife-

renças enormes de gênero, valorização somente das atividades intelectuais, desvalorização dos trabalhos mecânicos e técnicos e uma cultura antidemocrática, por excelência.

A organização social escravocrata estava na base das dificuldades de constituição de uma educação pública durante o século XIX. A elitização do sistema de ensino impedia que se criassem processos evolutivos contínuos e de interesse geral.

Se um dos mais preciosos documentos para o estudo da evolução de uma sociedade e do caráter de uma civilização se encontra na legislação escolar, nos planos e programas de ensino e no conjunto de suas instituições educativas, a análise deste material e dessas instituições o que nos revela é exatamente a continuidade de estrutura social e econômica do desenvolvimento do 'tipo de cultura' colonial, produto de uma civilização fundada na escravidão (AZEVEDO, 1966, p. 561).

A formação da elite continuava após a Independência nos mesmos moldes dos séculos anteriores, ou seja, dava-se prosseguimento à cristalização de uma mentalidade bacharelesca, retórica, abstrata e conservadora. A desconexão de idéias e a tendência para a formulação de planos eminentemente teóricos mostravam que não se investia, no país, no desenvolvimento de uma educação voltada para a "solução de problemas técnicos e econômicos" (AZEVEDO, 1996, p. 569). De exuberância nas palavras e de acanhamentos nas ações se teciam todos os impedimentos para a produção de mudanças sociais durante o império, afirmava Fernando de Azevedo.

O ambiente social – definido por Fernando de Azevedo como o sistema econômico, político e cultural – emperrava o florescimento de uma mentalidade distinta daquela que se sedimentou durante os séculos anteriores. Se essa continuasse petrificada, não haveria possibilidade de as mudanças recortarem vertical e horizontalmente o país como um todo. Somente o investimento na instrução pública poderia renovar as idéias, os anseios, os desejos e as intenções de reconstrução da vida social. O seu empenho no interior do movimento denominado Escola Nova, nas décadas de 20 e de 30 do século XX,

alicerçava-se nessa expectativa de que a educação tinha um papel essencial na construção do progresso não só econômico, mas também político e social. Conforme assinala Bomeny (1999, p. 229), ele

integra uma geração que deixa, com o passar do tempo, forte sentido de ausência. Os escolanovistas, ou seja, os que trouxeram ao Brasil a proposta educativa do movimento da Escola Nova, de origem norte-americana, constituíram-se, nos anos 20s, em arautos da utopia, crédulos no progresso social pela educação, personalidades moduladas pela fé na ciência.

Em razão do papel que a educação exercia na reconstrução da vida social é que ele destacava a necessidade de superar os investimentos puramente idealistas e incentivadores nos moldes de D. Pedro II, que demonstrava grandes interesses para os assuntos relativos às letras, aos museus, às bibliotecas, mas não voltava as suas ações para a implementação de uma política educacional efetiva (AZEVEDO, 1996, p. 578). Fernando de Azevedo confirmava, assim, o que Manoel Bomfim já havia demonstrado em *O Brasil nação* acerca da atuação de D. Pedro II nos campos político, cultural e educacional.

Amante das letras, ele negava acintosamente o senado a um dos mais legítimos representantes da literatura brasileira (José de Alencar), assim como consentia – passasse fome, na Europa, o primeiro e glorioso poeta brasileiro – Gonçalves Dias; cultor da ciência, propugnador do progresso intelectual, ele deixava abandonada a verdadeira prática científica, sem um estabelecimento de desinteressada e alta cultura, sem meios, para os que pretendessem dedicar-se a investigações orientadoras; propugnador do progresso intelectual, o seu governo condenava as sucessivas gerações de brasileiros, inválidos no analfabetismo, aviltados na ignorância profunda (BOMFIM, 1931, p. 273).

Somente o estabelecimento de uma política educacional com finalidades pedagógicas, políticas e sociais definidas poderiam evitar que a própria realidade social refutasse inteiramente os planos idealísticos que surgiram na segunda metade do século XIX. Fernando de Azevedo citava, como exemplo,

o projeto de reforma do ensino que foi apresentado no congresso em 1882 e que deu origem a um dos pareceres mais interessantes sobre a educação no Brasil. Escrito por Ruy Barbosa, que fazia parte da comissão incumbida de apreciar o relatório de Roldolfo Dantas, o documento trazia à luz dois dados importantes: por um lado, havia um plano idealista de organização da educação e, por outro, uma realidade que o recusava inteiramente.

Nos anos subseqüentes, as mudanças curriculares obedeciam a essa mesma lógica de desencontro entre a proposta e a ação política e pedagógica. Logo após a proclamação da República, as reformas do ensino normal e secundário – dentro de uma orientação positivista que visava romper com o ensino enciclopédico, ao introduzir Matemática, Astronomia, Química, Biologia, Sociologia, Física etc. – eram “produtos, isolados e dispersos, de esforços individuais [...]” (AZEVEDO, 1996, p. 617).

A efetivação de mudanças sociais no Brasil só seria possível, segundo ele, mediante uma revolução na educação. Mas a pergunta era a seguinte: Qual regime político, quais instituições, quais forças sociais seriam capazes de ações políticas acertadas nesse sentido? Havia planos, idéias, propostas, intenções que se desfaziam ao menor contato com a realidade social. A República teria que ter posto em andamento uma reforma da educação que fosse capaz de modificar a mentalidade da elite política e cultural. A constituição de novas instituições democráticas dependia inteiramente disso.

A essência do regime democrático de seleção de uma vanguarda que atuasse nos diversos setores estaria ‘menos no alargamento quantitativo das elites do que na sua renovação incessante que não lhes permite a transformação em classes parasitárias’ (AZEVEDO, 1958, p. 90). Trata-se de uma elite de ‘mandato social’, isso é, de uma criação cultural posta a serviço de um fim coletivo e não alijada dos interesses da comunidade (PENNA, 1987, p. 47).

Fernando de Azevedo dava um peso expressivo às idéias e à mentalidade em suas reflexões sobre a vida social. Para ele, ambas eram fundadoras e ali-

mentadoras da mudança social. A passagem do Império para a República, do trabalho escravo para o trabalho livre e da economia agrícola para a economia industrial produzia mecanismos de diferenciação social, os quais não levavam automaticamente a mudanças substanciais no âmbito da organização social e política. A evolução social ocorreria se esses fatores de diferenciação fossem capazes de forçar uma contínua transformação da mentalidade dos dirigentes e dos não-dirigentes. O desprezo pelas atividades mecânicas – que atingia a todos indistintamente e tinha seus fundamentos na economia escravocrata – era a prova cabal de que a mentalidade coletiva permanecia inalterada diante de um processo industrial que dava seus primeiros passos.

Durante as primeiras quatro décadas republicanas, a estrutura econômica e social estava em transformação. No entanto, a mentalidade dirigente tradicional e burocrática continuava quase que a mesma, já que não se renovava o sistema escolar que permanecia viciado e desconexo desta realidade em processo de modificação. Com o sistema escolar petrificado, calcificavam-se também as mentalidades de um modo geral.

Podíamos estar, e de fato ainda estávamos, longe de uma política nacional de educação, cujos princípios fundamentais informassem de alto a baixo a organização de todos os sistemas escolares e que atendessem não só às exigências de uma sociedade nova, de forma industrial, em franca evolução para uma democracia social e econômica, como também às condições específicas do meio social brasileiro, ainda não profundamente atingido pelos efeitos da revolução industrial (AZEVEDO, 1996, p. 638).

As elites intelectuais e políticas deveriam ser instruídas no sentido da necessária renovação da vida social. Ele acreditava que aquelas apresentavam uma resistência histórica que as impedia de vencer as suas imobilidades e os seus pavores em correr quaisquer riscos de mudança das condições vigentes. Este modo de Fernando de Azevedo interpretar as ações políticas das elites assemelhava-se às teses de Manoel Bomfim em *A América Latina: males*

*de origem*, de 1905. Nesta obra, Bomfim (1993, p. 164) afirmava:

Mesmo os mais ousados homens públicos, os mais revolucionários, são tão conservadores como os conservadores de ofício [...]. São revolucionários até a hora exata de fazer a revolução, enquanto a reforma se limita às palavras; no momento da execução, o sentimento conservador os domina [...].

Somente uma política educacional pública, gerida pelo Estado, poderia introduzir medidas políticas e planos pedagógicos capazes de forçar alterações substanciais no modo das elites conceberem a vida nacional. Em seu entender, elas poderiam, então, ser modificadas, apesar de uma tradição política e cultural empedernidamente conservadora. Na obra *A cultura brasileira*, publicada na década de 1940, Fernando de Azevedo mostrava-se, ainda, convicto de que era possível produzir ações capazes de torná-las menos refratárias às alterações sociais que se faziam necessárias com o processo de industrialização e de urbanização.

Sob outra ótica, no início da década de 1960, Fernando de Azevedo publicou um artigo intitulado *A evolução das elites políticas no Brasil contemporâneo e, particularmente, em São Paulo*, em que ele se mostrava descrente da possibilidade de transformar as elites brasileiras em uma classe dirigente imbuída de conhecimento e de ação capaz de alavancar o país rumo ao progresso social e político (AZEVEDO, 1962, p. 233-242). Utilizando-se das teses de Vilfredo Pareto (1848-1923), acerca da circulação das elites – a qual se pautava na inexistência de rupturas completas e absolutas, visto que ao chegar ao poder todas as elites passam a lutar em favor da conservação de interesses, valores e crenças (PARETO, 1988, p. 47) – ele insistia:

[...] havia uma ilusão de transformação, resultante dessa circulação, que substituía pedaços das velhas elites por elementos das novas, muito geralmente apontada no país como valor, uma vez que o fechamento das camadas superiores não era rigoroso; a possibilidade de ascensão alimentava a idéia de que existiria no Brasil certo pendore para afastar a desigualdade sócio-política, uma vez que se substi-

tuíam elementos das camadas altas por outros que vinham das camadas baixas. [...] A movimentação na escala social existente [...] para alguns indivíduos e grupos, não constituía fator de diminuição das desigualdades sociais internas, e sim um poderoso estimulante da conservação da estrutura e da dinâmica existentes (QUEIROZ, 1994, p. 64).

O processo de urbanização e de industrialização deveria ter levado – principalmente através de uma nova política educacional correspondente às condições advindas daquelas duas últimas – ao estabelecimento de novas práticas políticas que expressassem uma mudança, de fato, da mentalidade das elites brasileiras. Se não era possível supor que ela seria integralmente substituída a partir de 1930, era necessário que ela fosse plenamente renovada no que diz respeito ao modo de ser e de agir. Maria Izaura Pereira de Queiroz, afirma que Fernando de Azevedo acreditava – no início da década de 1960 – que,

apesar da parcial substituição de parte das elites antigas por novos componentes; estes se infiltravam e se misturavam com o que persistia de elite anterior, que os engolia sem maiores problemas, sem que realmente ocorressem transformações na hierarquia em que se distribuía as camadas, nem os valores que orientavam a dinâmica existente entre os vários estratos e os indivíduos neles implantados (QUEIROZ, 1994, p. 64; AZEVEDO, 1962).

#### OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE FERNANDO DE AZEVEDO À TEORIA DA MUDANÇA SOCIAL NO BRASIL

Em *Princípios de sociologia*, Fernando de Azevedo realiza uma de suas mais importantes discussões acerca da mudança e da morfologia social. Para caracterizá-las, ele partia de uma tese que, a rigor, recortou a sua obra como um todo e pode ser sintetizada da seguinte forma: toda e qualquer sociedade é resultado do embate, do conflito e da interação entre as várias forças sociais. Há duas pressuposições essenciais em Spencer que estão presentes nos escritos de Fernando de Azevedo. A primeira é a que advogava que a evolução é algo presente em todas as sociedades, já que, por mais estática que estas pa-

reçam, elas estão em contínuo processo de alteração. A segunda é aquela que se assenta num embate com o positivismo, ao sustentar que o conflito e não a harmonia é o elemento impulsionador, por excelência, das mudanças sociais<sup>3</sup> (SPENCER, 1968).

As obras *A cultura brasileira* e *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*, ao retratarem o processo de formação da sociedade brasileira, a escravidão, a colonização, a cultura, os ciclos econômicos, a política patriarcal, as instituições sociais e políticas, as tradições coercitivas das comunidades rurais etc. demonstravam que, por mais estática que podia parecer à sociedade brasileira, ela estava continuamente em mudança. Naquela segunda obra, por exemplo, ele procurava nos subterrâneos de uma organização social e política os traços indicadores de que existiam mecanismos de evolução em andamento. Ter-se-ia ocorrido isso, até mesmo, independentemente da indisponibilidade de alguns agentes preponderantes. Ou seja, a aristocracia rural, com a sua mentalidade antimudança, não conseguiu impedir que ocorressem modificações, ainda que lentas, na sociedade brasileira durante os três primeiros séculos de colonização.

Um olhar somente panorâmico sobre o país dos três primeiros séculos atestaria que durante a civilização do açúcar havia aqui uma sociedade estática, imutável. Mas, se assim o fosse, como poderia ter havido a dissolução da política patriarcal? A sua mutabilidade contínua é que pode explicar, porém, os resíduos na vida política de uma concepção personalista do poder que se arrasta, séculos após séculos, na sociedade brasileira (AZEVEDO, 1958, p. 15)<sup>4</sup>. A dinamicidade social somente pode ser apreendida se o cientista se debruçar não apenas sobre as formas e as funções sociais, mas também sobre os fatores

3 Spencer rejeitava “o ideal de Comte de subordinação dos indivíduos a uma ampla regulamentação moral através de hierarquias políticas e sociais. [...] Minimizar as coações externas e maximizar a cooperação espontânea” (LEVINE, 1997, p. 161). Era o centro das teses spencerianas contrárias ao positivismo.

4 Os resíduos, nos moldes definidos por Pareto e utilizados por Fernando de Azevedo, são valores e crenças dos indivíduos e dos grupos que norteiam as suas ações sociais (PARETO, 1988).

e as leis de evolução social. Através desta última é possível, afirma ele, compreender o que move a sociedade (AZEVEDO, 1956, p. 63-64).

A obra *Princípios de sociologia* representa um esforço de Fernando de Azevedo para esclarecer a noção de evolução social empregada por ele. Sua intenção primeira era distinguir a evolução cósmica da evolução orgânica e esta última da evolução social, o que ele fez partindo dos escritos do pensador americano Ward, que desempenhou um papel importante no desenvolvimento do evolucionismo psicológico, ao introduzir no “esquema spenceriano um princípio [...] cientificamente justificável: a interferência humana consciente na evolução” (TIMASHEFF, 1965, p. 103). Isso não implicava, porém, rompimento com a perspectiva de Spencer que advogava a existência de uma evolução impessoal, mas sim o acréscimo de uma outra natureza à evolução, ou seja, esta poderia ser desencadeada de modo impessoal e também proposital (WARD, 1883).

Ficava evidente que Fernando de Azevedo, ao recorrer às obras de Ward, adentrava num terreno movediço no que diz respeito à utilização da teoria da evolução social. Se não era possível concordar inteiramente com Spencer, parecia mais difícil ainda, para o sociólogo brasileiro, descartar inteiramente os seus ensinamentos. Isso o levava ao encontro de pensadores que buscavam juntar novos elementos à teoria spenceriana, sem, no entanto, romper com os pressupostos principais acerca da linearidade diretiva da evolução.

Os autores de que Fernando de Azevedo lança mão em suas indagações sobre evolução social são, às vezes, inconciliáveis. É o que ocorre com Ward e Durkheim, por exemplo. Aquela primeira parte do pressuposto de que as forças sociais impulsionadoras da mudança eram, também, psíquicas. Daí a necessidade de marcar que, se, por um lado, havia uma dinamicidade de leis sociais – não-modificáveis pelos indivíduos – geradoras de mudanças, por outro, havia também as forças sociais psíquicas capazes de construir ações propositais que conduziriam ao progresso. O indivíduo, a ação individual, tem,

então, papel importante nas teorizações de Ward. Já Durkheim parte do pressuposto de que a evolução dar-se-ia somente se os homens agissem de modo a cerrar cada vez mais os laços sociais. A força de mudança viria de ações coletivas que tinham como pressuposto a regulamentação e o enquadramento dos indivíduos às regras e aos valores comuns. A construção da mudança tem sempre, para este último, um caráter social, pois reflete o grau de coesão existente na sociedade.

A utilização de Durkheim e Ward, ao mesmo tempo, deve ser vista como um dado revelador das tentativas de Fernando de Azevedo de não sucumbir tanto às análises que suprimiam as ações individuais, quanto às que se encerravam nelas. O sociólogo brasileiro debatia-se, de certa maneira, com as mesmas questões que levaram aquele primeiro a realizar suas mais contundentes críticas tanto aos postulados individualistas e utilitaristas, de Spencer, quanto à noção deste último, de que a evolução social fundava-se no desenvolvimento de um sistema de cooperação gerado espontaneamente (DURKHEIM, 1984; SPENCER, 1972; 1961).

Fernando de Azevedo buscava combinar os escritos de Ward e os de Durkheim para marcar o caráter *sui generis* da evolução social. A linguagem como construção simbólica do mundo, os fatores psíquicos, a especialização do trabalho, o desenvolvimento de fortes laços coletivos, os valores sociais, a coesão, a educação, o conhecimento e a ação proposital e planejada combinam-se e constituem-se fatores definidores da distinção entre a evolução social e a evolução orgânica.

[...] A idéia, essencialmente biológica, de mudança e evolução, sugerida pela observação do crescimento dos seres vivos e reforçada pelo transformismo de Lamarck e de Darwin, não está condicionada exclusivamente, nem especialmente, pela relação física ou biológica que existe entre as gerações, isto é, pela hereditariedade. Se tudo que é vivo muda, e se a sociedade, por isso mesmo que é viva, se transforma, o processo cultural [...] difere profundamente do processo orgânico (AZEVEDO, 1956, p. 67).

A utilização do representante principal do evolucionismo psicológico (WARD) e de Durkheim ao mesmo tempo criava inúmeras dificuldades teóricas para Fernando de Azevedo. Enquanto aquele primeiro assinalava a importância do elemento psíquico para pensar a vida social, aquele segundo investia

contra as teses individualistas [...] por serem dominadas pelo psicologismo. [...] Para Durkheim, existe em todas as sociedades uma consciência coletiva, feita das representações coletivas, dos ideais, dos valores e dos sentimentos comuns a todos os indivíduos. [...] Há descontinuidade entre a consciência coletiva e a consciência individual, e a primeira é 'superior' à segunda, por ser mais complexa e indeterminada. É a consciência coletiva que realiza a unidade e a coesão de uma sociedade (CUCHE, 1999, p. 57).

Há nos escritos de Fernando de Azevedo, em alguns momentos, dificuldades teóricas de difícil solução; no entanto, não há incoerência quanto aos fatores de evolução social. Ao abraçar a tese de Ward, segundo a qual esta última poderia ser produzida por ações propositais e planejadas e o conhecimento e a educação seriam elementos impulsionadores do progresso, ele estava insistindo na necessidade de organização, pelas elites intelectuais e dirigentes, dessas ações, no campo da educação, garantidoras de progresso social.

O vir-a-ser do homem só teria sentido se existisse fundado num contínuo processo evolutivo, mas não se poderia imaginar, segundo Azevedo, que existiam sociedades condenadas ao não-progresso. Com base em Gabriel Tarde (1843-1904), ele recusava a tese de Spencer de acordo com a qual todas as sociedades tiveram o mesmo ponto de partida e teriam o mesmo de chegada, ou seja, a idéia de que havia um caminho comum pelo qual deveriam passar todos os povos era inteiramente refutada.

Fernando de Azevedo argumentava que esta tese da unilinearidade era defendida por aqueles que aceitavam os ensinamentos de Spencer, conforme os quais a evolução é impessoal e/ou espontânea, como insuperáveis. Em seu entendimento, o progresso poderia ser produzido socialmente em todos os cam-

pos (cultural, político, social, econômico), por isso, as forças sociais deveriam investir seus esforços nesse sentido. Observe-se que fundamentado em Ward, Azevedo considerava a força intelectual como uma força social capaz de transmitir continuamente o sentimento de que é necessário buscar o que é útil para a evolução social de uma nação.

Progresso é, pois, organização, reconstrução, direção inteligente e racional, e implica necessariamente não só um sentido mais profundo das transformações sociais e das forças coletivas que as determinam, como a intervenção deliberada da sabedoria humana nas diversas partes do movimento social, para dirigi-lo de acordo com as leis naturais (AZEVEDO, 1958d, p. 161).

O evolucionismo sociológico, no início do século XX, gerava várias ramificações. As vertentes psicológicas [Lester Ward e Franklin Henry Giddings (1855-1931)], as não-spencerianas [Achille Loria (1857-1943), Thorstein Veblen (1857-1929), Adolphe Coste (1842-1901), Benjamin Kidd (1858-1916) e Jacob Novicow (1848-1912)] e as do darwinismo social [Walter Bagehot (1826-1877), Gustav Ratzenhofer (1842-1904), Albion Small (1854-1928) e William Sumner (1840-1910)] passavam a influenciar as ciências sociais contemporâneas de modo significativo. Fernando de Azevedo não se filiava inteiramente a qualquer dessas correntes, mas incorporava em suas reflexões os ensinamentos do evolucionismo psicológico de Ward que insistia na "possibilidade de um progresso humano racional através do planejamento social e da educação" (TIMASHEFF, 1965, p. 12).

Tanto em *A evolução social*, capítulo VI de *Princípios de sociologia*, quanto em *A educação e o progresso*, capítulo V de *Sociologia educacional*, ele insistia que a evolução e o progresso não eram contínuos, uniformes e ilimitados, pois dependiam "sempre da direção que os homens dão [...] à mudança" (AZEVEDO, 1958d, p. 161). Fernando de Azevedo partia do pressuposto de que há progresso quando há possibilidade de conciliar as leis naturais e as leis sociais na consecução do processo de mudança. As leis

naturais e as leis sociais teriam que estar plenamente conectadas para que se realizasse o progresso. Ele afirmava que as transformações técnicas e econômicas tinham seus fundamentos na ciência, mas não somente nela, já que teria tido papel essencial, neste processo, o domínio que o homem construiu em relação às forças naturais.

Não se deve supor, porém, que ele subestimava o papel da ciência no processo de evolução e de progresso. O conhecimento científico tinha um papel extraordinário em seus escritos. Influenciado pelo pensador americano John Dewey (1859-1952), Azevedo parecia crer que o domínio da ciência e o domínio da natureza garantiam que as civilizações modernas não mais ruiriam em decadências totalmente destrutivas. Em vista destas condições, os homens possuíam, em suas mãos, todas as condições para promover o progresso (DEWEY, 1970).

O fato de o homem ter em “seu poder a possibilidade de progresso” (DEWEY, 1970, p. 117-141) não significava, segundo Fernando de Azevedo, que tais potencialidades estavam sendo aplicadas em favor da sociedade como um todo. O desenvolvimento da ciência e o estudo das transformações oriundas do desenvolvimento técnico-científico poderiam fornecer subsídios para direcionar as mudanças em favor de um progresso que atingisse a todos indistintamente (AZEVEDO, 1958d, p. 164). Isto transmutaria a cultura, a educação, a composição de classes e as relações, entre elas, com a política, a estrutura econômica, os hábitos de vida, o sistema de valores e de crenças etc., e o faria reiterando embates e conflitos de todas as naturezas, o que exigiria sempre “esforços sucessivos de revisão e de reconstrução” (AZEVEDO, 1958c, p. 164).

No livro *Sociologia educacional* (1958d), ele argumentava que o desenvolvimento econômico das sociedades modernas era produtor, por excelência, de mudanças na esfera da cultura. E isso ocorria em virtude de um processo que revelava continuamente que o desenvolvimento técnico-científico trazia benefícios, mas também malefícios ao progresso social, o qual deveria ser entendido como uma alavanca de

condutas, de valores e de sentimentos capazes de operar uma contínua busca por uma sociedade que – por meio de uma educação sistemática e eficiente – superasse a supremacia de valores materiais e de consumo e investisse na formação de indivíduos possuidores de valores intelectuais, artísticos e criativos com capacidade de uma inovação em favor da transformação dos hábitos sociais e da cultura de modo geral.

Em vista destes pressupostos, como, então, Fernando de Azevedo encaminhava a discussão sobre a mudança social? Esta era, no caso do Brasil, pensada, por ele, desde os primórdios da formação colonial, sob vários aspectos. Em seu entender, os vários processos se enlaçaram nos diversos âmbitos (econômicos, políticos, sociais e culturais) e produziram alterações nas instituições, na composição dos grupos, no padrão de organização e no padrão cultural. Ele insistia que estudar a mudança social, do ponto de vista sociológico, era ater-se ao sistema de valores que se foi modificando em alguns aspectos, se mantendo em outros e, assim, se redefinindo através de movimentos ora lentos, ora bruscos, ora contingenciais, ora contínuos, ora descontínuos, ora unilineares, ora multilineares. Portanto, não era possível conceber a mudança somente dentro de uma perspectiva linear e/ou cíclica, pois, dentro de um mesmo processo, havia elementos destas duas formas históricas.

Se a sociedade transforma-se sob a pressão de inúmeros fatores, fica evidente, segundo ele, que a abordagem sociológica não pode supor que o elemento primordial da mudança seja a esfera econômica. A seu ver, a análise da evolução das instituições sociais e políticas fornecem explicações fundamentais acerca das modificações sociais que vão ocorrendo em diversos ritmos e tempos. Suas obras buscavam revelar, então, a constituição de um percurso que era ora diretivo, ora cíclico, ora inovador, ora conservador, em conseqüência dos processos de diferenciações que iam sendo construídos com base na evolução social e política e em suas implicações, em



termos de alteração da vida intelectual, profissional, cultural, literária, artística e científica.

No capítulo III de *Princípios de sociologia*, ele tecia uma ampla crítica às explicações da vida social que recorriam a uma única causa. As análises fundadas na unilinearidade [Spencer, Auguste Comte (1798-1857), Pierre Le Play (1806-1882), Karl Marx (1818-1883), etc.] eram, muitas vezes, mais pobres que as investigações empreendidas pela sociologia analítica [Tarde, Pitirim Sorokin (1889-1968), Florian Znanieck (1882-1958), etc.], porquanto esta última acabava por levantar problemas sociológicos impulsionadores de investigações sempre novas e desafiadoras. Isto ocorre em razão de uma abordagem que, fundamentada nos fatos e nos diversos grupos, visa compreender as teias de relações múltiplas que se vão renovando continuamente.

Criticando todo e qualquer determinismo, Fernando de Azevedo rejeitava a pressuposição de que havia uma chave geral para a explicação dos fenômenos sociais. Criticando Marx e todo materialismo histórico, ele afirmava que supor, por exemplo, que os “fatos de ordem econômica e mais especialmente ainda os relativos à produção e à técnica industrial determinam todos os fatos sociais, mesmo os mais afastados e ou mais elevados na hierarquia, tais como os de ordem política, moral, religiosa e estética” (AZEVEDO, 1956, p. 260) era, no mínimo, anti-sociológico, por não considerar que as inúmeras instituições sociais possuem movimento e ritmo não-cadenciado com a evolução técnico-econômica.

Conforme será demonstrado posteriormente, existem oscilações na obra de Fernando de Azevedo quanto ao modo de ele conceber a mudança social, porém, em nenhum momento, ele procede a uma análise determinista. Em *A cultura brasileira*, ele, às vezes, se aproximava mais de uma abordagem linear e diretiva, mas rejeitava toda e qualquer explicação mecânica e fatalista. No seu percurso intelectual, ele vai construindo uma reflexão acerca da mudança, da evolução e do progresso que se compunham a partir de fatores múltiplos e de elementos multilineares e cíclicos ao mesmo tempo. Neste seu modo de pensar,

o processo social ganhava formas mais acabadas, à medida que ele aprofundava as suas análises sobre a educação, a política educacional e o sistema escolar.

Se há um distanciamento explícito de Fernando de Azevedo em relação ao materialismo histórico, não há, certamente, uma filiação ortodoxa a qualquer outra perspectiva de análise. Evidentemente que muitas vezes, conforme já foi demonstrado, ele lançava mão de autores muito diferentes e até mesmo contraditórios em suas reflexões sobre evolução social; no entanto, ele se situava claramente em face das diferenças teóricas com as quais lidava. Suas incursões por concepções díspares visavam, na maioria das vezes, mostrar a importância do diálogo e do debate nas ciências sociais. Suas reflexões sobre o papel da mentalidade no processo evolutivo esclarecem as formas ímpares de Fernando de Azevedo situar-se no âmbito de um debate atualíssimo, em sua época desenvolvidas por Durkheim e por Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939).

Mesmo não sendo possível esclarecer, neste artigo, as convergências e a divergência entre esses dois últimos, podemos dizer que um embate teórico entre aquele, que era um dos fundadores da etnologia francesa, e Durkheim constituiu-se um dado essencial do desenvolvimento das ciências sociais. Lévy-Bruhl fazia uma distinção entre a mentalidade primitiva e a mentalidade civilizada. Isto o levava a questionar Durkheim que atestava “que os homens têm, em todas as sociedades, uma mentalidade lógica que obedeceria necessariamente às mesmas leis da razão” (CUCHE, 1999, p. 60; DURKHEIM, 1996; LÉVY-BRUHL, 1960).

Em *Princípios de sociologia*, Fernando de Azevedo, ao discutir o papel da mentalidade no processo de evolução social, preocupava-se em destacar a importância do diálogo que foi estabelecido entre os dois, pois, se por um lado Durkheim poderia ter razão quanto à continuidade “do pensamento pré-lógico dos povos inferiores ao pensamento lógico dos povos superiores” (AZEVEDO, 1956, p. 68), por outro, Lévy-Bruhl, ainda que discordasse inteiramente disso, ao não ver qualquer continuidade entre

as distintas mentalidades primitiva e civilizada, teria instrumentalizado Fernando de Azevedo a fazer a seguinte argumentação: “Em todo caso, para a compreensão do processo de evolução social, é preciso estabelecer a distinção entre as idéias novas de natureza técnica ou novas idéias de natureza não técnica ou não-tecnológica” (AZEVEDO, 1956, p. 69). Colocava-se, então, o problema da distinção entre mentalidades e sociedades diversas.

As suas reflexões acerca da possibilidade de mudanças sociais, baseadas em uma recriação das idéias e das mentalidades vigentes na sociedade brasileira, são devedoras do debate estabelecido entre Durkheim e Lévy-Bruhl. Isso evidenciava que Fernando de Azevedo tentava avançar não de perspectivas petrificadas, mas sim dos debates que iam tomando corpo na primeira metade do século XX. Desses embates centrais nas ciências sociais, ele extraía a seiva para a construção de suas reflexões sobre as mentalidades e seus caracteres mutáveis e passíveis de recriação contínua por meio de uma educação que refletisse o grau de diferenciação e de complexidade da vida social.

A quantidade e a natureza dos conhecimentos que se transmitem às gerações novas, a variedade de instituições de caráter profissional destinadas a atender à especialização ditada pelas necessidades coletivas, à pobreza, ou à complexidade do sistema educacional variam, evidentemente, com as condições sociais de cada grupo humano e refletem as suas necessidades, sua mentalidade especial, seu passado histórico e as tendências gerais de sua evolução (AZEVEDO, 1996, p. 41).

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ATUALIDADE DE FERNANDO DE AZEVEDO

Por que voltar a Fernando de Azevedo para pensar a problemática da mudança social no país? O que ele ensina aos que estão preocupados em compreender o Brasil e as suas singularidades? Estas indagações são pertinentes porque inúmeros problemas que o inquietavam são ainda recorrentes hoje e remetem diretamente aos (des)caminhos e

às (im)possibilidades de transfiguração da sociedade brasileira. Entre as diversas questões que ele levantava e que, de formas distintas de seu tempo, continuam na ordem do dia da sociologia da mudança no Brasil, podemos citar os tortuosos caminhos do sistema político e da democracia, os problemas atinentes à escola pública, as impossibilidades de reversão das exclusões e das desigualdades, além de outras. Uma coletânea organizada por D’Incao (2001), intitulada *O Brasil não é mais aquele: mudanças sociais após a redemocratização*, põe em relevo inúmeras questões com as quais Fernando de Azevedo já se debatia entre as décadas de 1930 e 1960 em seus esforços para interpretar o país e os seus processos de mudança.

As reflexões empreendidas por Fernando de Azevedo fornecem várias pistas para interpretar os avanços, os recuos, as recorrências, as constâncias, as transmutações e as permanências não somente no âmbito econômico e político, mas também no cultural. Os elementos indicadores de constâncias – como as exclusões sociais e as desigualdades – não significam inércia da sociedade brasileira. Em *A cultura brasileira* e em *A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios*, ele demonstra como se constituíram, historicamente, contínuos processos de transmutação que foram engendrando diferenciações, evoluções, involuções, progressos e emperramentos múltiplos. Seus escritos lançam, então, luzes sobre as complexidades e as singularidades da vida social brasileira. Não há mudança em geral, assim como não há estagnação absoluta em todos os âmbitos da economia, da política e da cultura.

Fernando de Azevedo fornece elementos que podem levar os cientistas sociais a compreender que o campo das ações políticas institucionais, por exemplo, pode, em determinados momentos, estar na razão inversa de outros campos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais. Nas diversas esferas da vida social há constantes embates para potencializar processos que impulsionem e/ou contenham mudanças sociais.

Levar em conta os esforços de Fernando de Azevedo para interpretar o país e as suas transfigurações

é uma espécie de coleta de dados históricos que possibilitam enxergar inúmeras (im)possibilidades que se vão redefinindo continuamente através dos múltiplos modos das instituições e dos grupos de indivíduos agirem. Ele ressaltava, em suas análises, que o problema das dificuldades de evolução política no Brasil foi, ao longo das várias décadas após 1930, um dos principais empecilhos para a construção de mudanças que revertessem as desigualdades. Em *A evolução social e política* – um dos capítulos da primeira parte do livro *A cultura brasileira* – ele dava destaque a essa questão ao demonstrar que os processos de diferenciação social, que ganhavam forma com o processo de industrialização e de urbanização, não se refletiam na esfera política.

As análises de Fernando de Azevedo fornecem também subsídios para uma reflexão acerca do papel das mentalidades no processo de mudança social. Para ele, era necessário proceder a um estudo das mentalidades e de suas manifestações para verificar se estava ou não havendo a formação de uma mentalidade democrática entre os diversos setores sociais. Em seu entender, só haveria mudanças substanciais, no país, capazes de reverter as exclusões, se ocorresse uma modificação expressiva da mentalidade de todos os segmentos sociais, principalmente dos setores médios, dirigentes e dominantes. Estes eram portadores de uma mentalidade autoritária responsável pela indiferença para com as condições produtoras e reprodutoras das desigualdades. Compreender se o país está ou não se dirigindo à democracia, por exemplo, passa, seguindo a orientação de Fernando de Azevedo, por detectar se está havendo ou não modificação substantiva no modo de ser e pensar de todos os segmentos sociais.

A importância da escola pública e universal, para ele, ligava-se à formação de mentalidades democráticas entre todos os brasileiros. Ele oferece, assim, elementos para pensar as modificações não só no âmbito objetivo, mas também no subjetivo. A mudança é para ele algo muito mais amplo do que algumas medidas no campo econômico, político ou social. É algo que passa pela reconstrução de mo-

dos de proceder socialmente. Em vista das diversas questões apresentadas no decorrer deste artigo, é possível afirmar que as discussões sobre os processos de mudança na atualidade podem encontrar em Fernando de Azevedo subsídios para interpretar social e politicamente o país. Enfim, o mapeamento da concepção de mudança nas suas obras, bem como dos múltiplos diálogos que ele teceu com a teoria social, em geral, e com o pensamento social brasileiro, em particular, lançam luzes sobre as condições sociais vigentes na sociedade brasileira atual.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

\_\_\_\_\_. *A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

\_\_\_\_\_. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: UNB, 1996.

\_\_\_\_\_. *A educação e seus problemas*. São Paulo: Melhoramentos, 1958. 2 v.

\_\_\_\_\_. *Novos caminhos e novos fins*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

\_\_\_\_\_. *Princípios de sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

\_\_\_\_\_. *Sociologia educacional*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

\_\_\_\_\_. *Um trem corre para oeste*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BOMENY, H. M. B. Fernando de Azevedo: sociologia, educação e a ciência brasileira. In: MAIO, M. C.; VILLAS BÔAS, G. (Org.). *Ideais de modernidade e a sociologia no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 229-250.

BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1931.

- BOUDON, R; BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- CÂNDIDO, A. Um reformador. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo: USP, n. 37, p. 11-17, 1994.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CUNHA, E. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguillar, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Os sertões*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.
- DEWEY, J. Liberdade e cultura. In: \_\_\_\_\_. *Liberalismo, liberdade e cultura*. São Paulo: Ed. Nacional, 1970.
- D'INCAO, M. A. (Org.). *O Brasil não é mais aquele: mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença, 1984.
- \_\_\_\_\_. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DURKHEIM, E; MAUSS, M. Note sur la notion de civilisation. *L'Année Sociologique*, Paris, v. 12, p. 46-50, 1913.
- FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.
- GOLDTHORPE, J. H. Herbert Spencer. In: RAISON, T. (Org.). *Os precursores das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 83-91.
- LÉVI-BRUHL, L. *La mentalité primitive*. Paris: PUF, 1960.
- LEVINE, H. *Visões da tradição sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- PARETO, W. *Manual de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).
- PENNA, M. L. *Fernando de Azevedo: educação e transformação*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- PRADO, P. *Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.
- QUEIROZ, M. I. Pereira. Fernando de Azevedo: o sociólogo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo: IEB/USP, n. 37, p. 53-69, 1994.
- SPENCER, H. *On social evolution*. Chicago: Chicago University Press, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Reasons for dissenting from the philosophy of M. Comte and other essays*. Berkeley: Glencessary Press, 1968.
- \_\_\_\_\_. *The study of sociology*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1961.
- SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- TIMASHEFF, N. *Teoria sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- VIANNA, F. J. O. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.
- WARD, L. *Dynamic sociology*. New York: D. Appleton and Company, 1883.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.